



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE



**PARCEIROS DE APOIO
PROGRAMÁTICO**

REVISÃO ANUAL 2010
AIDE-MÉMOIRE

19 de Maio 2010

ÍNDICE

ÍNDICE

I	INTRODUÇÃO & CONTEXTO.....	2
II	CONCLUSÃO CONJUNTA.....	3
III	IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO.....	5
	Requisitos para apresentação de relatórios	5
	Diálogo e Revisões.....	6
	Auditorias.....	6
	LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS	

I INTRODUÇÃO & CONTEXTO

1. Aos 19 de Maio de 2010, o Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros para o Apoio Programático (PAPs)¹ concluíram a Revisão Anual (RA) da implementação pelo GdM do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II, extendido até ao ano de 2010) e do desempenho dos PAPs no que concerne à eficácia da ajuda externa. A revisão baseou-se nos quadros de avaliação de desempenho (QAD) acordados para 2009, e retirou lições chave que deverão ter efeito no desempenho em 2010 e no processo de planificação e orçamentação para 2011. A Revisão teve como base os planos e relatórios do Governo: PARPA II, o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE) 2009, Balanço do PES (BdPES) 2009, o Relatório de Execução do Orçamento (REO) de 2009, Relatórios Sectoriais, e o Relatório independente da Avaliação do Desempenho dos PAPs 2009. Igualmente, durante o processo da Revisão Anual realizou-se a Nona Sessão Plenária do Observatório do Desenvolvimento.
2. A RA de 2010 é a primeira a ser feita no âmbito do novo Memorando de Entendimento (MdE) 2010-2014, assinado em Março de 2009. Estiveram envolvidos vinte e nove (29) Grupos de Trabalho, distribuídos por cinco Pilares Temáticos. Os grupos foram constituídos por representantes do Governo, dos PAPs², outros parceiros de cooperação e pela Sociedade Civil.
3. O presente Aide Mémoire (AM) consiste em: 1) Introdução e Contexto; 2) Uma conclusão conjunta sobre os resultados da Revisão; 3) Implementação do MdE. Os anexos do Aide Memoire são: 1) Avaliação do desempenho do Governo pelos PAP's; 2) Avaliação do desempenho dos PAP's pelo Governo; 3) Matrizes do QAD do Governo e dos PAPs; 4) Relatórios dos Pilares; 5) Relatórios dos Grupos de Trabalho. Os assuntos que merecem Atenção Especial fazem parte da Conclusão Conjunta..
4. A 31 de Março uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu *ad referendum* a sexta revisão sob o Instrumento de Apoio a Políticas (PSI - Policy Support Instrument), a segunda revisão sob a Facilidade para Choques Exógenos (ESF - External Shock Facility), e discussões sobre o programa económico das autoridades que poderia ser apoiado sob um programa sucessor de PSI de três anos. O programa económico entre Moçambique e o FMI manteve-se dentro do estabelecido e todos os critérios de avaliação quantitativos/desempenho até ao fim de Dezembro de 2009 foram atingidos, com excepção ao das reservas líquidas, que excedeu o limite do programa devido às dificuldades de prognosticar a demanda de divisas em circulação. Isto foi o resultado tanto de um aumento periódico do fim do ano como de uma alteração estrutural da expansão dos serviços bancários na economia.

¹ Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Bélgica, Canadá, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido. Estes parceiros (PAPs) dão apoio ao orçamento e assinaram um Memorando de Entendimento com o Governo. Os Membros Associados dos PAPs são: os Estados Unidos da América e as Nações Unidas. O Fundo Monetário Internacional é Membro *ex-officio* dos PAP's. .

² Um grupo de trabalho não tem representante dos PAPs.

5. A recuperação da procura externa e os influxos de capital, bem como as recentes garantias dadas pelos doadores sobre os seus compromissos de apoio orçamental, deverão, no futuro, fortalecer a balança de pagamentos do país e continuar a reforçar as suas reservas internacionais. Prevê-se, para 2010, uma inflação média de cerca de 9% - mais alto do que a meta de médio prazo de 6 % - devido ao maior reflexo dos preços internacionais dos combustíveis no preço doméstico a retalho e a depreciação do metical. Os fortes fundamentos económicos de Moçambique e o conjunto de políticas macroeconómicas prudentes nas últimas duas décadas providenciaram a flexibilidade necessária para aliviar as políticas macroeconómicas em 2009 em resposta à crise económica global. Para 2010, o FMI apoia a intenção das autoridades de começar a inverter os estímulos monetários e fiscais iniciados no ano passado, o que irá ajudar a manter a estabilidade macroeconómica e restaurar os amortecedores políticos. O FMI concordou com o objectivo das autoridades de, a médio ou longo prazo, aumentar os investimentos prioritários em infra-estruturas de transporte e energia, no seu esforço para aumentar ainda mais o crescimento e o potencial de exportação de Moçambique, enquanto sublinhou a importância de assegurar que esse investimento tenha uma elevada taxa de retorno e contribua para gerar investimentos adicionais no sector privado. Em particular, será importante seguir uma abordagem cautelosa no acesso a créditos externos não concessionais de forma a preservar o bom desempenho de Moçambique na sua estabilidade macroeconómica.
6. O Conselho Executivo do FMI irá discutir, em Junho de 2010, a revisão de programa final do PSI/ESF sob o actual programa e a solicitação de Moçambique para um novo PSI de três anos.
7. Como parte da Revisão Anual, realizou-se um encontro entre os Ministros do GdM e os Embaixadores da *Troika-plus* dos PAPs para a discussão de vários pontos a nível político, tais como: Monitoria da Matriz na área da Governação; Questões sobre os desafios de Desenvolvimento e interacção entre os PAPs e o Governo; Banco Austral e Aprovação da Conclusão Conjunta.

II CONCLUSÃO CONJUNTA

8. A Revisão Anual de 2010 é a primeira a ter lugar no âmbito do novo Memorando de Entendimento (MdE), assinado em Março de 2009. A par da experiência dos anos passados a revisão forneceu uma base sólida para discussões em diferentes níveis e os trabalhos decorreram num ambiente construtivo, apesar dos desafios derivados da introdução de novos procedimentos.
9. A matriz do QAD do Governo é composta por 40 indicadores. Em 18 indicadores, as metas foram atingidas, em 20 as metas não foram atingidas, dos quais 15 registaram progressos. O indicador 4 foi considerado como não possível de classificar. O indicador 7 apresenta duas qualificações: para o Governo, “meta atingida”, baseando-se na Nota Técnica acordada, “meta não atingida” para os PAPs uma vez que pretendem incluir outras fontes de informação, (como o Tribunal Administrativo e Inspeção Geral de Finanças), situação

inicialmente não prevista na nota técnica. Os PAPs consideram o desempenho do Governo como satisfatório em várias áreas apesar dos efeitos negativos da crise económica mundial. Com base na presente avaliação e nos resultados alcançados, após o Diálogo Político de Março, os PAPs consideram que existe uma base satisfatória para continuarem com o apoio orçamental. As decisões sobre o nível dos compromissos para o orçamento 2011 serão comunicadas quatro semanas após o encerramento da Revisão Anual.

10. De acordo com os resultados da avaliação aos PAPs, no geral, o Governo considera que desempenho do grupo, em 2009, foi médio, com melhorias em algumas áreas. Comparado com 2008, houve uma ligeira subida na pontuação do grupo como um todo em cerca de um ponto. Da matriz do QAD dos PAPs 11 indicadores foram atingidos e 8 não foram atingidos.
11. O GdM e os PAPs notam uma tendência de abrandamento no ritmo geral de progresso durante os últimos três anos o que coloca desafios para ambas as partes. Assim, concordou-se que os assuntos constantes nos parágrafos seguintes merecem atenção especial durante o ano de 2010.
12. Assegurar a sustentabilidade da taxa de crescimento económico e tomar medidas para garantir que o crescimento económico e o desenvolvimento rural em particular tenham impacto nas camadas pobres e desfavorecidas através da criação e expansão de empregos; acelerar a melhoria do ambiente de negócios e do apoio às pequenas e médias empresas; e melhorar o processo de selecção e priorização de projectos de investimento público visando maximizar os benefícios associados a criação de emprego e redução da pobreza.
13. Aprofundar a análise e compreensão da dinâmica da pobreza em Moçambique visando orientar a definição de políticas eficazes para redução da pobreza, visto que o cruzamento da informação dos Inquéritos dos Indicadores Múltiplos (MICS) e Trabalhos de Inquérito Agrícola (TIA) mostram o aumento da desigualdade em termos de renda e de acesso aos serviços básicos, nos meios urbano/rural.
14. Garantir a incorporação, no próximo Plano Operacional do Governo, de medidas eficazes de combate a pobreza.
15. Assegurar o processo de publicação, dentro dos prazos estabelecidos, os resultados do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF).
16. Assegurar o alinhamento do Plano Estratégico do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) com o Ciclo de Planificação do Governo com vista a influenciar a elaboração de políticas; assegurar a revisão da matriz de indicadores de desempenho a luz do novo Plano Operacional do Governo.
17. Assegurar que os sectores na sua planificação e orçamentação integrem acções no âmbito da nova estratégia do HIV&SIDA.
18. Assegurar e melhorar o diálogo entre o Governo e os Parceiros sobre a implementação e impactos da Política salarial a médio prazo.

19. Reforçar o processo de descentralização através de capacitação na base, elaboração e comunicação dos critérios para a locação de recursos, melhoria da gestão de finanças públicas, bem como do sistema de monitoria e avaliação ao nível local.
20. Reforçar as acções de capacitação das UGEAs, com destaque para o nível local, com vista a melhorar a implementação do processo de contratações públicas, em particular, no uso adequado do ajuste directo.
21. Aprofundar o carácter programático e a previsibilidade da ajuda externa de curto e médio prazo; reduzir o número de missões; melhorar o uso dos sistemas nacionais em linha com o desenvolvimento destes; melhorar o registo dos projectos bilaterais no orçamento do estado; canalização dos respectivos recursos através da conta única do tesouro; melhorar os desembolsos para o financiamento dos projectos e melhorar a prestação da informação sobre os mesmos.
22. Rever a matriz do QAD dos PAPs e os indicadores nela contidos na Reunião de Planificação do QAD; implementar as recomendações contidas no Relatório Independente sobre o Desempenho dos PAPs.
23. Avaliar e melhorar a estrutura e o modo de funcionamento dos Grupos de Trabalho.
24. A Revisão Anual notou a necessidade de uma Política Nacional de Cooperação cuja implementação contribuirá para a coordenação da eficácia da ajuda, bem como o desenvolvimento de acções para assegurar o progresso na área de governação.

III IMPLEMENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

Requisitos para apresentação de relatórios

25. Os *requisitos* do MdE para apresentação dos relatórios foram seguidos pelo Governo de acordo com o parágrafo 28 do MdE. Estes relatórios (PARPA II, PES 2009, OE 2009, CFMP 2010-2012, BdPES 2009, REO 2009, CGE 2008, Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo 2008) permitiram um diálogo contínuo durante 2010 e também serviram de base para a Revisão Anual de 2010. De notar que os Relatórios de Execução Orçamental, foram produzidos trimestralmente e publicados com algum atraso (15 a 30 dias). A apresentação dos dados da Conta Geral do Estado (CGE) e dos Relatórios de Execução Orçamental (REOs) melhorou significativamente em 2009, com informação mais completa e de melhor qualidade. Estes resultados foram atingidos devido aos esforços do Ministério das Finanças e ao contínuo desenvolvimento do e-SISTAFE.
26. O Grupo de Trabalho do Orçamento analisou e apreciou o perfil (distribuição sectorial, regional) do CFMP 2010-2012 e a proposta do OE 2010.

Foi igualmente feita a avaliação da CGE do ano 2008 e do respectivo Parecer do Tribunal Administrativo, vide relatório do grupo de trabalho do Orçamento.

27. Foi realizada pela primeira vez, numa província, a de Cabo Delgado, uma avaliação da Gestão de Finanças Públicas usando a metodologia padronizada PEFA. Esta avaliação revelou que o sistema de Finanças Públicas tem vindo a melhorar. Contudo, 50% dos indicadores avaliados ainda apresentam resultados mais baixos em comparação com o nível nacional. A revisão das despesas públicas (PER) no sector da Agricultura, a pesquisa e localização de despesa no sector de educação (PETS) (não conclusivo), e o diagnóstico de GFP no sector de Saúde revelam que apesar de algumas melhorias com a introdução do e-SISTAFE, persistem deficiências e inconsistências na disponibilidade de dados e informação financeira sobre execução orçamental ao nível mais desagregado, articulação limitada entre planos e orçamentos, assim como fraca implementação dos sistemas de controlo interno, levando a dificuldades na avaliação da qualidade e eficiência da despesa pública.

Diálogo e Revisões

28. Os processos de monitoria e diálogo entre a Reunião de Planificação do QAD (Setembro de 2009) e a Revisão Anual foram bem sucedidos tanto ao nível global como ao nível sectorial, sendo alinhados com o ciclo orçamental de planificação e monitoria do GdM. A RA seguiu o calendário aprovado e o uso de Português como única língua de comunicação o que facilitou um maior envolvimento dos intervenientes do processo.
29. De acordo com os TdR da Revisão Anual, foi avaliado o desempenho global da GFP, para além dos assuntos específicos dos indicadores do QAD, na base de uma síntese dos diversos relatórios disponibilizados durante 2009. A análise global detalhada está incluída no Anexo IV.

Auditorias

Auditoria de desempenho

30. Foi programada uma auditoria ao sector de calamidades para o ano 2010. Embora tenha sido concluída a fase de lançamento do concurso, esta auditoria está a enfrentar atrasos e durante a Revisão Anual foi acordado que o relatório será apresentado até fim do ano 2010.
31. Foi programada a auditoria ao sector agrário para o ano 2009 que deveria ter ficado pronta em Março do mesmo ano. A auditoria tem sofrido sucessivos atrasos, e prevê-se que o relatório preliminar seja concluído em Maio e o relatório final em Junho do corrente ano. Os resultados intermédios da Auditoria foram apresentados ao MINAG, IGF e PAP's no dia 3 de Maio de 2010.
32. Após a conclusão da auditoria de desempenho ao sector da justiça em 2009, foi elaborado o plano de acção da implementação das recomendações. Actualmente o IGF e a Assessoria do Ministério da Justiça estão a trabalhar na compatibilização de dados referentes à situação actual da implementação das recomendações. De notar que o processo da implementação tem registado atrasos.

33. O processo de realização das auditorias de desempenho bem como o seguimento das recomendações ainda tem grandes constrangimentos. Alguns aspectos já foram identificados para uma melhor reflexão: a questão dos prazos aliada aos riscos do seu incumprimento; os critérios da selecção do sector/sub-sector a ser auditado; e o financiamento das auditorias. Estes serão objecto de reflexão e discussão entre o Governo e os parceiros e devera ser seguido e concluído pelo Comité de Gestão antes da Revisão Anual de 2011.
34. A RA 2010 concordou em adiar a escolha de uma nova área a auditar até a RA 2011, para permitir o entendimento conjunto sobre os constrangimentos levantados a volta das auditorias de desempenho.

Auditoria aos registos financeiros do apoio programático

35. A auditoria financeira ao fluxo de fundos do apoio programático para a Conta da Tesouraria em 2009 foi efectuada, mas o relatório final e o relatório de gestão foram entregues com atraso. Este é o terceiro ano consecutivo em que o relatório de auditoria não é entregue dentro dos prazos estabelecidos e não está disponível atempadamente para o exercício da Revisão Anual. O Governo e os PAPs concordaram em encontrar uma solução prática com vista a contornar os sucessivos atrasos que se tem verificado na disponibilização atempada do Relatório de Auditoria. Foi decidido que esta procura de soluções terá lugar nas próximas reuniões do JSC.
36. A opinião dos auditores é que as demonstrações financeiras apresentaram de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Conta Transitória Específica bem como o fluxo de fundos da Conta Forex e da Conta Transitória Específica, em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites. Contudo, os auditores tinham uma qualificação em relação a um Parceiro (Banco Mundial), onde a confirmação do Parceiro sobre o desembolso apresenta uma diferença em relação às demonstrações financeiras de 118 000 USD. Em esclarecimento posterior o Parceiro confirmou que o montante indicado pelo Ministério das Finanças é o correcto, e constitui o valor desembolsado pelo Parceiro.
37. Os auditores chamaram mais uma vez atenção para a cobrança de comissões não acordadas sobre quatro (4) transferências e o facto de três (3) transferências terem excedido o prazo de dois dias úteis estipulados para a transferência da conta Forex para a conta Transitória. A Revisão Anual constatou que as mesmas observações repetem-se ano após ano, pelo qual foi decidido discutir também estas questões no JSC, no sentido de resolve-los até a próxima Revisão Anual.

Auditoria às Contas do Estado

38. A qualidade do Relatório e Parecer do TA sobre a CGE 2008 teve uma melhoria assinalável. No entanto, o acesso ao documento e a sua divulgação continuam limitados., No primeiro trimestre de 2010 o documento ainda não estava disponível na página *web* (www.ta.gov.mz), contrariamente aos anos anteriores. A RA constatou com satisfação que algumas recomendações recorrentes do Parecer do TA dos anos anteriores foram implementadas. No entanto, o Parecer sobre a CGE 2008 inclui

constatações e recomendações que se repetem anualmente. Estas recomendações incluem a necessidade de:

- Fortalecer a aplicação da legislação sobre “procurement”;
- Usar as Operações de Tesouraria correctamente em relação as despesas previsíveis;
- Melhorar a transparência sobre a emissão e reembolso dos Bilhetes do Tesouro e como estas transacções se reflectem na CGE;
- Fortalecer a orçamentação e colecta de receitas próprias e consignadas;
- Classificar correctamente os subsídios a empresas públicas e privadas na base legal e incorporar os activos das Empresas Públicas na Conta Geral do Estado;
- Completar o inventário das Participações do Estado;
- Resolver a questão de inconsistências entre os dados na CGE e os dados nas contas específicas das diferentes unidades orçamentais.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACRÓNIMO /ABREVIATURA	SIGNIFICADO
AAA	Agenda de Acção de Acra
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
ADEL	Agência de Desenvolvimento Económico Local
AF	Agregado Familiar
AGO	Apoio Geral ao Orçamento
AIDI	Atenção Integrada às Doenças da Infância
AM	Aid Memorie
AR	Assembleia da Republica
AT	Assistência Técnica
ATM	Autoridade Tributaria de Moçambique
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BAU	Balcão de Atendimento Único
BAU	Banco Austral
BdPES	Balanço do Plano Económico e Social
BPN	Baixo Peso a Nascimento
CFMP	Cenário Fiscal do Médio Prazo
CGE	Conta Geral do Estado
CIDA	Agencia Canadiana Internacional para o Desenvolvimento
CIDE	Centro de Investigação e Desenvolvimento Etnobotânico
CIRESP	Comissão Interministerial da Reforma do Sector Público
CM	Conselho de Ministro
CMC	Centro Multimédia Comunitário
CNCS	Conselho Nacional do Combate ao Sida
COEB	Cuidados Obstétricos Essenciais e Básicos
COEC	Cobertura de Cuidados Obstétricos de Emergência Completos
CONDES	Conselho Nacional para Desenvolvimento Sustentável
COP	Conferência das Partes
CPAR	Comissão Permanente da Assembleia da República
CT	Ciência e Tecnologia
CT	Cooperação Técnica
CTA	Confederação das Associações Económicas
CUT	Conta Única do Tesouro
DAS	Departamento de Aguas e Saneamento
DFID	Departamento Britânico para Desenvolvimento Internacional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DINAGA	Direcção Nacional de Gestão Ambiental
DNA	Direcção Nacional de Águas
DNO	Direcção Nacional do Orçamento

DUAT's	Direito de Uso e Aproveitamento de Terras
EAC	Estratégia Anti-Corrupção
EDM	Electricidade de Moçambique
EITI	Iniciativa para a Transparência na Industria Extractiva
EP1	Ensino primário do 1º grau
EP2	Ensino primário do 2º grau
ESF	External Shock Facility
e-SISTAFE	Sistema Informático do Sistafe
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAE	Fundo Nacional de Energia
GdM	Governo de Moçambique
GFP	Gestão de Finanças Públicas
GMD	Grupo Moçambicano da Divida
HIV	vírus da imunodeficiência humana
ICE	Imposto Sobre Consumos Específicos
IGEPE	Instituto de Gestão de Participações do Estado
IGF	Inspecção Geral de Finanças
IMF	Instituição de Micro-Finanças
INAQUA	Instituto Nacional de Desenvolvimento de Aquacultura
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional Estatística
INGC	Instituto Nacional de Gestão das Calamidades
inSAN	Insegurança alimentar e nutricional
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
IPAJ	Instituto de Patrocínio e. Assistência Judiciária
IVA	Imposto Sobre Valor Acrescentado
JSC	Joint Sttering Committe
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
M&A	Monitoria e Avaliação
MAE	Ministério da Administração Estatal
MCI	Mercado Cambial Interbancário
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MdE	Memorando de Entendimento
ME	Ministério da Educação
MF	Ministério das Finanças
MIC	Ministério da Industria e Comércio
MIC (s)	Mercados Cambiais Internacionais
MICOA	Ministério para Coordenação da Acção Ambiental
MINAG	Ministério da Agricultura
MINT	Ministério do Interior
MIREM	Ministério dos Recusos Minerais
MISAU	Ministério da Saúde

MMAS	Ministério da Mulher e Acção Social
MOPH	Ministério de Obras Publicas e Habitação
MP	Ministério das Pescas
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
MT/USD	Meticais / Dolar
OCDE	Organization for Economic Co-operation and Development
OCI	Órgãos de Controlo Interno
OCI's	Órgãos de Controlo Interno
OD	Observatório de Desenvolvimento
ODAMOZ	Ajuda Oficial para o Desenvolvimento de Moçambique
ODMs	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
ODP	Observatório de Desenvolvimento Provincial
OE	Orçamento do Estado
OI	Orçamento de Investimentos
OIIL	Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
ONG	Organização Não-Governamental
PAMA	Programa de Apoio aos Mercados Rurais
PAMS	Sistema de Monitoria e Avaliação da Pobreza
PAP	Parceria de Apoio Programático
PAPA	Plano de Acção para a Produção de Alimentos
PAPs	Parceiros de Apoio Programático
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PDs	Parceiros de Desenvolvimento
PECODA	Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental
PEDD	Plano Estratégicos de Desenvolvimento Distrital
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PEE	Programa de Educação Estratégica
PEEC	Plano Estratégico da Educação e Cultura
PEFA	Despesas Publicas e Responsabilidade Financeira
PEI	Plano Estratégico Integrado
PEN	Plano Estratégico Nacional contra HIV-SIDA
PEPFAR	President's Emergency Plan for AIDS Relief
PER	Revisão de Despesas Públicas
PES	Plano Económico e Social
PESOD's	Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PESPA	Plano Estratégico do Sub sector de Pesca Artesanal
PETS	Public Expenditure Tracking Survey
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PPFD	Programa de Planificação de Finanças Descentralizada
PROAGRI	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário
PRODEZA	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural da Província da Zambézia
PROMER	Programa de Promoção de Mercados Rurais

PRONEA	Programa Nacional de Extensão Agrícola
PRSAUDE	Programa Saúde
PSA	Programa Subsidio de Alimentos
PSI	Policy Support Instrument
PSMP	Política Salarial de Médio Prazo
QAD	Quadro de Avaliação do Desempenho
RA	Revisão Anual
RAI	Relatório de Avaliação de Impacto
RDC	República Democrática de Congo
REDD	Redução de Emissões derivadas da Degradação e Desmatamento
REMTILD	Rede Mosquiteira Tratada com Insecticida de Longa Duração
REO	Relatório de Execução do Orçamento
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
RSP	Reforma do Sector Publico
RTV	Rádio e televisão comunitária
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SBS	Sectorial Budget Support
SC	Sociedade Civil
SCI	Subsistema de Controlo Interno
SETSAN	Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutrição
SIGEDAP	Sistema De Gestão De Desempenho Na Administração Pública
SINAS	Sistema de Informação Nacional sobre Água e Saneamento
SISTAFE	Sistema Integrado de Administração Financeiro do Estado
TA	Tribunal Administrativo
TARV	Tratamento Anti-retroviral
UFSA	Unidade Funcional das Aquisições
UGEA	Unidade Gestora Executora das Aquisições
UTRESP	Unidade Técnica da Reforma do Sector Público